Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores Associação de Investidores no Mercado de Capitais - Amec

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - Amec ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva

A Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de lucro" requer que a administração divulgue nas demonstrações financeiras o montante referente às isenções relacionadas com as atividades da Associação. Não obstante, a administração não apurou e não fez a divulgação desse montante. Desta forma, não nos foi praticável nas circunstâncias apurar o referido valor das isenções acima referidas.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela não divulgação de informação requerida, conforme descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - Amec em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos.

São Paulo, 31 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. CRC 2SP023173/O-4

João Manoel dos Santos

Contador CRC 1RJ054092/O-0 "S" SP

Índice

Demo	nstrações financeiras	
Ba	alanço patrimonial	2
De	emonstração do resultado	3
De	emonstração das mutações do patrimônio líquido	4
	emonstração dos fluxos de caixa	5
Notas	explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	6
2	Resumo das principais políticas contábeis	6
	2.1 Base de preparação e apresentação	6
3	Principais políticas contábeis	6
	3.1 Conversão de moeda estrangeira	6
	3.2 Caixa e equivalentes de caixa	7
	3.3 Instrumentos financeiros	7
	3.4 Demais ativos	7
	3.5 Imobilizado	7
	3.6 Passivo circulante	7
	3.7 Apuração do resultado	7
4	Ajustes de Patrimônio Líquido	8
	4.1 Ajustes de Superávit/Déficit Acumulados	8
5	Caixa e equivalentes de caixa	8
6	Outros créditos	8
7	Imobilizado	9
8	Obrigações tributárias	9
9	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10
	9.1 Provisão Trabalhista	10
	Outras Obrigações	10
	Patrimônio líquido	10
12	Receitas de Contribuições Recebidas	11
	12.1 Mensalidades, anuidades e desassociação	11
	12.2 Patrocínios e Inscrições	11
	Receitas Financeiras	12
14	Despesas gerais e administrativas	12
	14.1 Serviços prestados pessoa jurídica	12
	Despesas Financeiras	12
	Despesas Tributárias	13
	Contingências	13
	Derivativos	13
	Receitas com Gratuidades	13
	Partes Relacionadas	13
	Seguros	14
22	Enquadramento tributário	14

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em reais

Ativo	2013	2012
Circulante Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) Outros créditos (Nota 6)	161.026,73 43.353,16	204.609,31 380,00
	204.379,89	204.989,31
Não circulante Imobilizado (Nota 7)	35.109,28	46.025,68
	35.109,28	46.025,68
Total do ativo	239.489,17	251.014,99
Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante Títulos a pagar Obrigações tributárias (Nota 8) Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Nota 9) Outras obrigações (Nota 10)	0 4.383,68 37.773,38 22.757,25	2.200,00 4.939,50 163.787,45 400,00
Total do passivo Patrimônio líquido (Nota 11) Patrimônio social	64.914,31 174.574,86 174.574,86	79.688,04 79.688,04
Total do passivo e patrimônio líquido	239.489,17	251.014,99

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2013	2012
Receitas Operacionais		
Mensalidades de associados (Nota 12.1)	1.623.390,00	1.693.926,95
Inscrições de eventos (Nota 12.2)	12.300,00	13.400,00
Patrocínios (Nota 12.2)	280.000,00	240.000,00
Desassociação (Nota 12.1)	2.800,00	0
Anuidade de associados (Nota 12.1)	120.045,49	0
Receitas financeiras (Nota 13)	11.239,03	11.165,25
Receitas com gratuidades (Nota 19)	1.356.397,20	1.252.418,84
Outras receitas	97.609,87	0
	3.503.781,59	3.210.911,04
Custos e Despesas Operacionais		
Despesas administrativas (Nota 14)	(3.388.959,54)	(3.225.094,49)
Despesas financeiras (Nota 15)	(3.664,34)	(4.648,25)
Despesas tributárias (Nota 16)	(16.270,89)	(15.515,42)
	(3.408.894,77)	(3.245.258,16)
Superávit/(Déficit) do exercício	94.886,82	(34.347,12)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

	Patrimônio social	Superávit/ (Déficit)	Total
Em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	178.658,62	95.326,89	273.985,51
Ajuste Superávit/(Déficit) Acumulado (01.01.2012) (Nota 4)	0	(159.950,35)	(159.950,35)
Em 31 de dezembro de 2011 ajustado	178.658,62	(64.623,46)	114.035,16
Déficit do exercício Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	0 _(98.970,58)	(34.347,12) 98.970,58	(34.347,12)
Em 31 de dezembro de 2012	79.688,04	0	79.688,04
Superávit do exercício Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	0 94.886,82	94.886,82 (94.886,82)	94.886,82
Em 31 de dezembro de 2013	174.574,86	0	174.574,86

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	94.886,82	(34.347,12)
Depreciações/amortizações	11.457,96	11.620,53
Superávit/ (déficit) do exercício ajustado	106.344,78	(22.726,59)
(Aumento)/redução de outros créditos	(42.973,16)	114.331,81)
Aumento/(redução) de títulos a pagar	(2.200,00)	(168.607,00)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(555,82)	(6.283,50)
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas e previdenciárias	(126.014,07)	139.662,98
Aumento/(redução) de outras obrigações	22.357,25	400,00
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(43.041,02)	56.777,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(E44 EG)	(17.061.00)
Aquisição de ativo imobilizado	(541,56)	(17.061,89)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(541,56)	(17.061,89)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(43.582,58)	39.715,81
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	204.609,31	164.852,58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	161.026,73	204.609,31
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(43.582,58)	39.715,81

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

1 Contexto operacional

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais – ("Amec" ou "Entidade") atualmente reúne 62 investidores institucionais, locais e estrangeiros, que possuem mandatos de investimento no mercado brasileiro de ações de aproximadamente R\$ 500 bilhões.

Visão

O desenvolvimento do mercado de capitais passa, necessariamente, pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos dos acionistas minoritários.

Missão

Defender os direitos dos acionistas minoritários de companhias abertas brasileiras, tendo como base a promoção de boas práticas de governança corporativa e a criação de valor para as empresas.

Valores

Atuação independente, sem beneficiar interesses particulares de seus associados; Embasamento econômico e jurídico em seus pronunciamentos, alicerçados nas análises e recomendações elaboradas pela Comissão Técnica; e Consenso nas decisões da Diretoria, apoiadas na maioria dos votos de seus membros

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas na Resolução 1.409/2012 do CFC.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de Lucros", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31 de agosto de 2016.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.4 Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou constituição. A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos e equipamentos de comunicação e de 20% para equipamentos de tecnologia e informática.

3.6 Passivo circulante

Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações cambiais incorridas.

3.7 Apuração do resultado

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com patrocinadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas efetivamente incorridas na realização dos projetos.

As receitas de doações são reconhecidas contabilmente quando recebidas e registradas conforme sua origem. As demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

4 Ajustes de Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores do superávit e déficit ocorridos. Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

4.1 Ajustes de Superávit/Déficit Acumulados

As diferenças encontradas em exercícios anteriores estão apresentadas na conta de "Superávit ou Déficit" do exercício.

O valor de ajuste de R\$ 159.950,35 refere-se à Déficit de Exercícios Anteriores apurados no momento do Balanço Inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2013	2012
Caixa geral Conta-corrente (Itaú) Conta-corrente (Banco do Brasil) Aplicações financeiras em fundos	12,82 49.973,92 80,00	433,78 33.801,23 19.816,00
de investimentos	110.959,99	150.558,30
	161.026,73	204.609,31

A remuneração mensal das aplicações financeiras em fundo de investimento PREMIUM DI foi de aproximadamente 0,64% ao mês.

6 Outros créditos

Descrição	2013	2012
Títulos a receber	0	380,00
Adiantamento de salários	35,64	0
Férias	1.663,63	0
Depósito caução (i)	41.653,89	0
	43.353,16	380,00

⁽i) Referente a uma garantia de locação paga corrigido mensalmente pelo valor de poupança.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

7 Imobilizado

IIIIODIIIZado					
			2013	2012	Taxa
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	anual de depreciação - %
Móveis e utensílios	51.276,87	(35.238,61)	16.038,26	21.165,74	10
Equipamentos de tecnologia	57.956,36	(49.436,91)	8.519,45	11.417,93	20
Máquinas e equipamentos	3.994,00	(2.381,99)	1.612,01	2.011,37	10
Instalações	13.910,00	(4.970,44)	8.939,56	11.430,64	10
	127.137,23	(92.027,95)	35.109,28	46.025,68	
A movimentação do imobiliza	ado pode ser a	assim demonstrac	da: 	2013	2012
No início do exercício Aquisição de bens				46.025,68 541,56	40.584,32 17.061,89
Depreciação				(11.457,96)	(11.620,53)
No final do exercício			_	35.109,28	46.025,68
A composição das aquisições Equipamentos de tecnologia Instalações	-		onstrada: 	2013 541,56 0 541,56	2012 6.061,89 11.000,00 17.061,89
Obrigações tributárias					
				2013	2012
Imposto de renda na fonte a r	recolher (IR d	le terceiros)		1.069,18	1.219,50
CSLL, COFINS e PIS na fonte				3.314,50	3.720,00
				4.383,68	4.939,50

8

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

9 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2013	2012
INSS a recolher	6.533,67	6.036,48
FGTS a recolher	2.207,16	1.994,01
Férias a pagar	16.185,33	15.391,63
Encargos sobre Férias a recolher	7.499,62	6.195,57
IRRF sobre folha a recolher	5.002,95	3.855,64
PIS sobre folha a recolher	344,65	314,12
Provisão Trabalhista	0	130.000,00
	a= ==a a 0	160 -0- 1-
	37.773,38	163.787,45

9.1 Provisão Trabalhista

Funcionária contratada em 2006, desligada em Agosto de 2011 por justa causa pela Amec, moveu uma ação contra nós para reversão da justa causa aplicada, pagamento de verbas rescisórias, indenização adicional de um salário referente ao trintídio da data base (Convenção Coletiva), indenização peculiar de um salário (Convenção Coletiva), adicional de permanência (Convenção Coletiva), aviso prévio especial (Convenção Coletiva), FGTS + multa de 40, indenização ou entrega das guias do seguro desemprego, horas extras e reflexos, adicional noturno, férias em dobro, dano moral, dano material, multas normativas, expedição de ofícios, aplicação do artigo 467 da CLT, juros e correção monetária. Valor estimado da causa era R\$130.000,00.

10 Outras Obrigações

	2013	2012
Adiantamentos de associados (i)	22.736,00	400,00
Reembolsos a pagar	21,25	0
	$\underline{22.757,25}$	400,00

(i) adiantamento da mensalidade de janeiro 2014 de um associado no valor de R\$ 11.536,00 e recebimento da mensalidade de outubro 2013 de um associado no valor de R\$ 11.200,00 em duplicidade.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos superávit e déficit ocorridos acumulados.

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

12 Receitas de contribuições recebidas

As receitas identificadas pela administração como tendo sido auferidas no exercício de 2013, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas "Mensalidade de associados", "Inscrições de eventos", "Patrocínio", "Desassossiação" e "Anuidade de associados"

12.1 Receitas referente a Mensalidades, Anuidades e Desassociação

Conforme rege o Estatuto Social da entidade, faz parte dos deveres e direitos dos associados, efetuar pontualmente o pagamento das contribuições anuais fixadas pelo Conselho Deliberativo para a manutenção da Entidade. No caso dos associados locais (sediados no Brasil), a anuidade é parcelada em doze meses, e eles contribuem mensalmente. Já nos caso dos associados estrangeiros, efetuam o pagamento anual, devido a burocracia e taxas que há para envio de remessa do exterior ao Brasil.

Nos casos de interesse em não mais continuar na Entidade, o associado deve se manifestar através de carta formal que será submetida ao Conselho da entidade, além de efetuar o pagamento da anuidade em curso, conforme consta no Artigo 13º do Estatuto Social da entidade, da- se aí os créditos referente às desassociações.

12.2 Receitas referentes a Patrocínios e Inscrições

Uma vez por ano, a Amec realiza seu seminário, com duração de um dia inteiro. Além dos nossos associados, os vice presidentes abrem algumas exceções de patrocínios a outras empresas, entidades e associações. Essas exceções são levadas a discussões em reuniões, e a aprovação fica registrada em ata. Gerando oportunidade para empresas realizarem um trabalho institucional e de relacionamento com o mercado, com amplos benefícios para ambas as partes.

Disponibilizamos também opções de inscrições pagantes para em média 250 executivos do setor — um público altamente capacitado, interessado nos temas em debate e central no processo decisório de suas organizações.

Descrição	2013	2012
Mensalidades acionista associado	1.623.390,00	1.693.926,95
Inscrições de eventos	12.300,00	13.400,00
Patrocínio	280.000,00	240.000,00
Desassociação	2.800,00	0
Anuidade acionista associado	120.045,49	0
Outras receitas (i)	97.609,87	0
	2.038.535,49	1.947.326,95

⁽i) Refere-se à reversão de provisão trabalhista no valor de R\$ 97.000,00 e reversão de encargos sociais sobre férias no valor de R\$ 609,87.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

13 Receitas Financeiras

Descrição	2013	2012
Rendimento de aplicação financeira	10.687,79	11.100,46
Variações monetárias ativas	470,04	0
Recuperação de despesas e juros por atraso	81,20	64,79
Total de receitas	11.239,03	11.165,25

14 Despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Despesas de pessoal	349.132,83	445.505,05
Encargos sociais	65.545,52	54.713,30
Serviços prestados por pessoas jurídicas	2.334.267,70	2.161.224,15
Eventos e seminários	295.740,01	252.750,03
Aluguel e condomínio	186.012,63	160.607,32
Despesas com viagens e representações	59.706,66	41.482,34
Despesas com depreciação	11.457,96	11.620,53
Outras despesas (*)	87.096,23	97.191,77
Total de despesas gerais e administrativas	3.388.959,54	3.225.094,49

^(*) Refere-se principalmente a despesas com material de escritório, seguros, telefone, água, internet e site.

14.1 Serviços prestados por pessoa jurídica

Trata-se de prestação de serviços advocatícios notadamente de cunho consultivo nas esferas do direito civil, comercial e societário. Atendimento das consultas sobre as matérias técnicas que lhe forem apresentadas ou submetidas à sua apreciação. E consultoria em Governança Corporativa, assessoria e representação, realização de palestras, treinamentos, cursos e seminários sobre os temas, planejamento sucessório empresarial, estruturação e reestruturação de sociedades e consultoria em operações societárias.

15 Despesas financeiras

Descrição	2013	2012
IOF	456,16	255,58
Juros e multas de mora e descontos concedidos	0	866,84
Tarifas bancárias	3.208,18	3.525,83
Total de despesas financeiras	3.664,34	4.648,25

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

16 Despesas Tributárias

Descrição	2013	2012
IPTU	10.925,72	11.064,04
Taxas diversas Pis sobre folha	115,00 1.714,69	108,66 1.475,91
IR sobre aplicação financeira ISS	2.090,45 615,00	2.244,31 622,50
Custas judiciais sobre processo trabalhista IRRF	800,00 10,03	0
Total de despesas tributárias	16.270,89	15.515,42

17 Contingências

Não existem contingências relacionadas a processos trabalhistas, cíveis e tributários de conhecimento da administração da Associação em 31 de dezembro de 2013.

18 Derivativos

A Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2013.

19 Receitas com gratuidades

Gratuidades Recebidas referente aos trabalhos de auditoria no valor de R\$ 63.600,00, Palestrantes em Seminário no valor de R\$ 18.103,80 e Remuneração do Conselho e Diretoria no valor de R\$ 1.274.693,40.

Descrição	2013	2012
Receitas de gratuidades recebidas	1.356.397,20	1.252.418,84
	1.356.397,20	1.252.418,84

20 Partes Relacionadas

A Jgalt tem por objeto a prestação de serviços de consultoria em Governança Corporativa, assessoria e representação, realização de palestras, treinamentos, cursos e seminários sobre os temas, planejamento sucessório empresarial, estruturação e reestruturação de sociedades e consultoria em operações societárias. Cabendo a Jgalt envidar os seus melhores esforços no desenvolvimento das atribuições que lhe forem confiadas, bem como no atendimento das consultas sobre as matérias técnicas que lhe forem apresentadas ou submetidas à sua apreciação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em reais

Descrição	2013	2012
Partes Relacionadas	716.440,00	0
	716.440,00	0

21 Seguros

É política da Amec manter a cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

22 Enquadramento tributário

A Associação se qualifica como Associação Privada sem fins econômicos, conforme definido em seu Estatuto Social, e atende aos requisitos da legislação para fruição da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativo dos requisitos estabelecidos pelos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Não obstante o requerimento da norma ITG 2002, a administração da Entidade não mensurou e divulgou o montante da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam a Entidade.

Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a Associação está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no inciso IV do artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

Para a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a Associação esteja caracterizado como contribuinte à alíquota de 7,6%, conforme o disposto na Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, não há incidência da referida contribuição sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, conforme o estabelecido no inciso X do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

Quanto às contribuições previdenciárias, notadamente ao INSS e ao SAT, a Associação não usufruiu de qualquer tipo de isenção no decorrer do ano de 2013.

* * *